



PROJETO AFROCIENTISTA: reflexões sobre a construção da identidade de pesquisador no Ensino Médio

Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira; Jefferson Rafael de Oliveira Souza; Vander Luiz Ramos Barbosa; Luciane Ribeiro Dias Gonçalves

Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Escola Estadual Israel Pinheiro, Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: Com o desafio da construção de um novo modelo educacional aos alunos e alunas, negros e negras do Ensino Médio, nasce o Projeto Afrocientista. Neste ensaio realizaremos o levantamento dos pressupostos teórico metodológicos dos docentes, discentes e coordenadores do projeto, buscando refletir sobre como consciência e conhecimentos em história e cultura afro-brasileira e africana, se fazem presente nas falas e discursos dos alunos pré-selecionados das escolas estaduais do projeto, bem como, quais marcas de uma educação para as relações étnico-raciais são expressas. Os dados relatados nesta pesquisa são parciais, trazendo a tona o debate da primeira e segunda fase da realização das ações do projeto que se encontra em andamento. As atividades encontram-se em execução pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABi Pontal) que desenvolvem suas atividades que propiciem a comunidade negra realizar estudos cujos resultados possam ser aplicados na formulação e execução de políticas públicas de promoção da equidade racial. Utilizamos a metodologia de pesquisa ação e pesquisa bibliográfica, para delinear os pressupostos teóricos e metodológicos do trabalho. As discussões auxiliam junto ao processo escolar na construção de uma identidade de pesquisador, se caracterizando como uma ação que valoriza os saberes herdados tradicionais de uma cultura de povos invisibilizados, valorizando sua pertença identitária e os conhecimentos de seus grupos culturais.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, Lei 10639/03, Projeto Afrocientista.

Abstract: With the challenge of building a new educational model for students and pupils, black and black from high school, the Afrocientist project is born. In this essay we will survey the theoretical methodological assumptions of professors, students and project coordinators, seeking to reflect on how consciousness and knowledge in Afro and African history and culture, are present In the speeches and discourses of the pre-selected students of the state schools of the project, as well as, what marks of an education for ethnic-racial relations are expressed. The data reported in this research are partial, bringing to the fore the debate of the first and second phase of the realization of the actions of the project that is underway. The activities are being implemented by the nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABi Pontal) that develop their activities that enable the black community to carry out studies whose results can be applied in the formulation and execution of Public policies to promote racial equity. We used the methodology of research action and bibliographic research, to delineate the theoretical and methodological assumptions of the work. The discussions help with the school process in the construction of a researcher's identity, characterized as an action that values the traditional inherited knowledge of a culture of invisibilised peoples, valuing its identitary belonging and the Knowledge of their cultural groups.

Keywords: ethnic-racial relations, Law 10639/03, afrocientist project.

1 Introdução

A educação é algo presente no contexto da criança e do adolescente, socialmente e acadêmica, se fazendo presentes em praticamente todas as etapas de nossas vidas, conforme prevê a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, artigo 205, capítulo III.



O cenário educacional vem se reestruturando, desde o fim do século XX, com o referendado processo de redemocratização do país. As reestruturações curriculares ocorridas nos últimos anos sofrem grandes contribuições das conquistas sociais, temos em nossa constituição a Lei nº 10.639/03, concernente à obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, resultante das lutas sociais realizadas pela comunidade negra em nossa sociedade brasileira.

Decorrente deste movimento para a criação e aprovação da Lei 1069/03, destacam-se grandes personalidades acadêmicas e militantes, oriundas do contexto educacional que se solidarizavam e buscavam romper com a estrutura social educacional eurocêntrica que buscava a manutenção de um aparelho favorável a manter uma estrutura de discriminação racial e segregação educacional Santos (2005). Dentre os pensadores se destacava o poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras, Abdias Nascimento, buscando a construção do pensamento filosófico, permitindo aos jovens o pensamento e a reflexão em culturas distintas, versando de diálogos que privilegiem o respeito às diferenças a cidadania e aos direitos humanos, percebendo a desigualdade e os preconceitos em estruturas sociais, políticas e educacionais.

Esta obra visa contextualizar as experiências vivenciadas no projeto Afrocientista, relacionando a atuação de 09 bolsistas de Ensino Médio, 04 professores de educação básica e 03 coordenadores membros da Universidade Federal de Uberlândia (UFU – Campus Pontal), contemplados pelo projeto residentes na região sudeste do Brasil, na Cidade de Ituiutaba-MG. Estes docentes e discentes se propuseram a construção de um modelo formativo que contemple a educação e suas interfaces, visando uma formação étnico-racial que desperte a vocação científica e incentive talentos entre estudantes negros e negras, matriculados em escolas de ensino médio, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica desenvolvidas pelos Núcleos de Estudos Afro-brasileiro – NEABi Pontal, da UFU – Campus Pontal.

Em dias atuais já passamos por diversas reformas curriculares e modificações nos processos educacionais, no âmbito de parâmetros e diretrizes estaduais e nacionais. Dentre as inquietações que permeiam nosso trabalho se destacam duas questões que direcionam a realização desta pesquisa: Que consciência e conhecimentos em história e cultura afro-brasileira e africana, se fazem presentes nas falas e discursos dos alunos pré-selecionados da educação básica do Projeto Afrocientista? Quais marcas de uma educação para as relações étnico-raciais são expressas?.



Desta forma buscamos demonstrar como fora articulada as demonstrações entre a teoria e a prática, buscando a tentativa de construção de um projeto que seja, participativo, criativo, preocupado com a formação cidadã e que desenvolva a construção de uma identidade de pesquisador em jovens negros e negras da educação básica. Como fonte secundária utilizamos a pesquisa-ação colaborativa, em que a função do pesquisador será a de fazer parte e cientificizar um processo de mudança anteriormente desencadeado pelos sujeitos do grupo.

2 Materiais e métodos

2.1 O que é o Projeto Afrocientista ? Refletindo sobre os processos de aplicabilidade da Lei 10639/03.

O desenvolvimento das ações do projeto Afrocientista tem como intuito despertar a vocação científica e incentivar talentos entre estudantes negros e negros matriculados em escolas de ensino médio, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica desenvolvidas pelos Núcleos de Estudos Afro-brasileiro – NEAB e entidades correlatas. A proposta pedagógica do projeto se sustenta em três pilares: iniciação às práticas da ciência; instrumentalização sobre o fazer ciências; e, formação para a cidadania e mobilização social.

Tais objetivos se delimitam entre fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, dando ênfase à visibilidade de produção de pesquisadores negros e negras, e à história, ainda silenciada, da produção negra na África e na diáspora. O estabelecimento de parceria colaborativa entre a escola de educação básica, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), a universidade, movimentos negros, mulheres negras e sociedade, em especial com os movimentos sociais por intermédio de suas representações como sujeitos sociais produtores desconhecimento,

O desenvolvimento das ações busca a realização de atividades que estimulem a atitudes, habilidades e valores necessários ao letramento científico dos Afrocientistas, via práticas interdisciplinares e multiculturalistas, com vistas a formação de um cidadão críticos, ético, generosos e consciente de sua humanidade, integrando as pesquisas realizados pelos cientistas negros e negras às práticas, às políticas, às teorias e ao currículo da educação básica e universitária. Este pode ser um ponto que potencializa a ruptura com a fragmentação e o isolamento instituído entre o currículo escolar e os movimentos sociais, promovendo a integração social e cooperativa entre os diferentes níveis de ensino e os movimentos sociais negros.



O Projeto Afrocientista simboliza a produção científica fundamentada em epistemologias não eurocêntricas. Nesse sentido, no ano em que a Lei 10.639/03 completa quinze anos, problematizando a questão do epistemicídio através de uma experiência de produção histórica afro-brasileira. Preocupando-se com o equilíbrio de gênero, serão selecionadas as biografias capazes de abranger expoentes de diferentes áreas do conhecimento que contribuíram para a pesquisa e a difusão da história do Brasil negro não contada pela maioria dos livros escolares. Por exemplo, Enedina Alves (Engenharia Civil); Lima Barreto (Literatura), dentre outros pensadores e pensadoras.

Para delinear os pressupostos de nosso trabalho nos baseamos na pesquisa bibliográfica, que implica na junção ordenada de procedimentos que buscam minuciosamente soluções, atento ao objeto de estudo, buscando traçar o caminho do pensamento por meio de obras de autores que discutem o tema pesquisado, Minayo (2001).

3 Resultados e discussões

3.1 Lei 10639 reflexões sobre os processos pedagógicos nos espaços escolares e não escolares

A Lei n.10.639/03 se legitimou a partir de um contexto de luta de vários segmentos sociais, em especial o Movimento Negro. Originária das discussões ocorridas na III Conferência Mundial sobre o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em Durban na África do Sul, no ano de 2001, a lei em questão nos coloca uma tentativa de conhecimento e reconhecimento dos saberes da história e cultura afro-brasileira e africana.

Em termos legais a referida Lei, promulgada em 9 de Janeiro de 2003, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), sendo acrescentados à mesma os artigos 26, 26A, e 79-B1. Em termos educacionais esta representa um avanço no campo da educação para as relações étnico-raciais, e a reivindicação do Movimento Negro que percebeu na instituição escolar um locus de descoberta do preconceito, mas também de combate ao mesmo.

Aos educandos, uma legislação que torne obrigatória a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, permitirá que conheçam a memória, a história, a cultura e os conhecimentos da população negra. Em um processo de ressignificação identitária, alunos negros poderão fortalecer sua pertença, identificando a positividade de fazer parte de um grupo étnico-racial que contribuiu significativamente para a formação da identidade do povo brasileiro.



Aos educadores, a lei representa um desafio, nos coloca o papel de intervir em processos discriminatórios, em analisar materiais didático-pedagógicos que possam veicular imagens pejorativas sobre a população negra, incumbe-nos da construção de um processo pedagógico que trabalhe as diferenças sem hierarquizar, romantizar, minimizar ou naturalizar o racismo, o preconceito e a discriminação.

Como podemos perceber, o desafio é deveras complicado, e nos coloca a necessidade de uma formação sólida que propicie ao educador lançar mão de estratégias pedagógicas capazes de contribuir para um trabalho que desperte um olhar mais crítico sobre o campo da educação para as relações étnico-raciais. Como nas palavras de Andrade (2005, p.120):

É tentar refazer a história individual na história coletiva então desprovida, na maioria das vezes, de referências encobertas na memória. Positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistências (...).

As abordagens propiciadas pela Lei nos convidam enquanto educadores, a nos preparamos teórica e metodologicamente para resgatar uma memória e ancestralidade marcadas por uma pseudo inferioridade, cunhada por uma desigualdade racial constituída em nossos contextos, histórico, cultural e social. Destacamos que a Lei nos instiga e propicia a criação de caminhos e possibilidades de trabalho, problematização e construção de uma consciência crítica sobre a temática.

O processo de fortalecimento da identidade e mesmo reconhecimento de atitudes racistas, poderá ocasionar mudanças nas relações, desconstruindo mentalidades racistas. Essas ações são importantes dentro e fora dos espaços escolares. Saber o lugar do enunciado, ou seja, de onde se está falando, é papel importante e poderá fazer com que esses alunos desconstruam preconceitos aprendidos e arraigados. Andrade (2005, p.120) faz a seguinte afirmação:

(...) que orgulho tem a criança negra quando busca na memória a história do seu povo? Qual o papel do seu povo na história do Brasil? Como a família que coleciona a mesma memória administra as inquietações – ou o silêncio – dessa criança? É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana.

Andrade (2005) nos faz refletir que a falta de representação positiva, às vezes mesmo em âmbito familiar faz com que a criança negra não se identifique com sua pertença racial, ou mesmo se aproprie de um sentimento de inferioridade; sentimento que de uma forma controversa poderá atingir crianças brancas que poderão se apropriar de uma pretensa superioridade racial, constituída socialmente, fato prejudicial à construção de ambas as



identidades. O professor não poderá ser um expectador em âmbito escolar, sob pena de fortalecer a desigualdade e colaborar com atos racistas de preconceito e discriminação. Sant'Ana (2005) diz que:

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata através da exploração dos povos colonizados. (...) E sendo o racismo um fenômeno ideológico, ele se consolida através dos preconceitos, discriminações e estereótipos. (SANT'ANA, 2005 p. 42-45).

Compreendemos o termo preconceito de acordo com Gomes (2005) como um julgamento negativo e prévio, por vezes inflexível que impossibilita enxergar o outro. Gomes (2005, p. 54) enfatiza que “o preconceito como atitude não é inato, ele é aprendido socialmente, nenhuma criança nasce preconceituosa, mas aprende a sê-lo.” Como afirma a autora, nós cumprimos uma longa trajetória de socialização, desse modo, Gomes (2005) ressalta que o preconceito advém do contato da criança com o mundo adulto. Nesse sentido, e ainda embasados por Gomes (2005), colocamos a discriminação racial como a prática do racismo e a efetivação do preconceito, uma forma de distinguir e diferenciar única e exclusivamente pela cor da pele.

Todas essas questões até aqui levantadas, nos colocam como a Lei n.º 10.639/09 é de fato importante. Um educador ciente desses processos e consciente do que isso representa não só para os alunos negros, mas também para os demais, poderá contribuir significativamente para a análise de currículos, projetos político pedagógicos, materiais didáticos, e processos educativos em que essas temáticas sejam contempladas. Essas questões são urgentes e cada vez mais presentes, uma vez que, a escola não está alheia às relações estabelecidas em sociedade. Devemos fazer discursos coerentes que nos permitam avançar, ao invés, de nos apoiarmos em um Mito da Democracia Racial, e em uma sociedade harmônica e multirracial, nos apoiemos em entender uma sociedade multicultural e com posicionamentos conflitantes, que necessita avançar na criação de mais políticas de ações afirmativas e processos pedagógicos conscientes e críticos que representem os negros, sua luta, história e memória sem genealogias mal feitas, lacunares e mesmo ínfimas.

3.3 Contextualizando as ações do projeto Afrocientista

Após a realização do processo de seleção dos Afrocientistas, que levou em conta a auto-declaração étnico-racial, o pertencimento a grupos culturais negros e o desenvolvimento de ações e projetos que valorizem o ensino pesquisa e extensão em relações étnico-raciais, foram divididos em dois grupos que se alternam diariamente durante a semana na realização



das atividades desenvolvidas pelo NEABi Pontal, participando de atividades de intervenções no próprio âmbito da universidade com integralização nos diversos projetos e grupos que se estruturam dentro do campus.

O desenvolvimento das estratégias de ação do Projeto Afrocientista, se estruturam nas oficinas de ciências Santos (2011). Para tanto, traçamos um conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelos agentes deste projeto, sendo estes, Grupo de Estudo realizado periodicamente se dividindo entre as disciplinas presentes no contexto escolar e os estudos em educação para as relações étnico-raciais privilegiando leituras que versam sobre identidade negra, racismo e movimento diaspórico. O segundo passo de realização são as Oficinas de Saberes nas escolas de Educação Básica, a realização desta etapa encontra-se em andamento, salientamos que os estudos direcionados são parte da construção das oficinas, o processo de finalização das ações conta com um Boletim Afrocientista (eletrônico), identificamos esta ação como um modo de registro, tornando o acervo público de forma eficaz para pesquisa e gratuito. Delinearemos a seguir de forma minuciosa os processos realizados pelos alunos bolsistas do Afrocientista.

As atividades dos grupos de estudos serão subdivididas em duas etapas. Primeiramente estão dedicadas às questões introdutórias sobre o tema, questões metodológicas e da produção de conhecimento científico e saberes populares. A etapa final será diretamente estruturada a partir das experiências locais/regionais obedecendo as características científicas do NEABi Pontal e o contexto histórico das escolas envolvidas no projeto.

Para a realização das videoconferências serão necessários equipamentos que façam captura e reprodução de áudio e vídeo, e que tenham possibilidade de conexão com equipamentos similares, como microcomputadores e equipamentos dedicados. Os tipos de conexão para uma videoconferência são: via ISDN (integrated services digital network) ou via IP (internet protocol). Por sua vez, a qualidade do áudio e do vídeo e a velocidade são críticas para o sucesso da videoconferência. Notadamente, experiências na utilização de equipamentos de videoconferência, foram feitas com êxito pela ABPN no Seminário Raça Negra e Educação realizado em agosto de 2018. Salientamos que, os temas serão trabalhados em perspectiva interdisciplinar e multiculturalista.

Dentre as ações elencadas acima também serão realizadas Oficinas de saberes, que deverão ocorrer simultaneamente em todas as escolas envolvidas no projeto, sendo desenvolvidas no formato de rodas de prosa para discussão de assuntos de interesse da



comunidade contemplada pelo projeto e selecionada por este, após o estudo sistemático das entrevistas semi-estruturadas e do cotejamento das informações e dos conhecimentos apresentados e discutidos nas videoconferências.

A primeira será em torno do tema racismo e educação. Aqui, será estimulado o conhecimento mútuo de todos os sujeitos participantes no projeto, o que será feito por relatos e testemunhos sobre racismo vivenciado no mundo educacional, bem como as estratégias de superação pessoal e coletiva acionadas.

No segundo momento, a ideia é de conectar as experiências individuais anteriormente relatadas ao racismo estruturante da sociedade brasileira. Neste caso, com a coordenação do NEABi Pontal, o foco da discussão em torno do racismo deslocar-se-á para apontamentos que demonstrem as desigualdades sociais e raciais na educação, e de que maneira tais desigualdades impactam na formação de quadros científicos no Brasil.

Por fim, um encontro destinado a discussão do tema “Afrocientista”, em que cada um poderá narrar aspectos de sua trajetória acadêmica, no caso dos professores, e de perspectivas, em se tratando de estudantes universitários e da escola básica.

Por sua vez, o Boletim Afrocientista (**eletrônico**) será adotado como estratégia de produção de saberes e de conhecimento científico. A produção é de responsabilidade coletiva, mas o foco será a divulgação das reflexões na forma de textos, imagens, vídeos e experimentos, assim como outros tipos de saberes e representações produzidos exclusivamente por estudantes da educação básica a partir da participação nas oficinas, nos grupos de discussão e nos seminários do NEABi Pontal.

A orientação acadêmica, estará presente em todas as etapas do projeto na forma de elemento articulador principal do acompanhamento pedagógico e de apoio à realização das atividades escolares que perfazem o cotidiano dos estudantes negros e negras da escola básica.

4 Conclusão

O desenvolvimento de ações como o projeto Afrocientista nos propicia estudar, divulgar e analisar a cultura afro-brasileira, combatendo o pensamento eurocêntrico o racismo e a discriminações postas pela sociedade. Contudo temos uma grande ajuda na aceitação de outras culturas e a exclusão da visão elitista e seletora que coloca em evidência a cor da pele, seja em espaços escolares ou não escolares.

Ainda sentimos em nossa região a carência destas discussões na educação básica, especificadamente no ensino médio, lócus dos residentes do projeto, onde percebe-se que a



ausência destas discussões resultam na invisibilização dos alunos e alunas, negros e negras, no espaço escolar.

Destacamos que tal pensamento é difundido dentro do espaço do NEABi Pontal, que desenvolve suas ações com objetivo de abolir tais costumes, propiciando aos Afrocientistas a realização de estudos cujos resultados possam ser aplicados na formulação e execução de políticas públicas de promoção da equidade racial, ressaltando os saberes que chegam ao espaço escolar e acadêmico como ciência, ótica antes não observada e valorizada pelos grupos a qual pertencem.

Concluimos que o projeto Afrocientista é um mecanismo de ingresso do jovens negros e pobres na sociedade, auxiliando junto ao processo escolar na construção de uma identidade de pesquisador, se caracterizando como uma ação que valoriza os saberes herdados tradicionais de uma cultura de povos invisibilizados, valorizando sua pertença identitária e os conhecimentos de seus grupos culturais.

Referências

ANDRADE, I. P. de. História. Construindo a auto-estima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 31 - 60. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: _____. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

SANTANA, A. O. de. História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados. MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 31 - 60. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SANTOS, B. S. de. "Epistemologías del Sur", Utopía y Praxis Latinoamericana, Año 16, Nº 54, 2011.



SANTOS, S.A dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: BRASIL. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

